

# O que é ser mulher no rural contemporâneo: uma abordagem etnográfica no município de Marechal Cândido Rondon, Paraná

What it is to be a woman in the contemporary rural: an ethnographic approach in the municipality of Marechal Cândido Rondon, Paraná.

*Adriana Franzmann*<sup>1</sup>  
*Romilda de Souza Lima*<sup>2</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a autopercepção feminina quanto à identidade rural, urbana ou rural-urbana contida no discurso desse grupo. Trata-se de uma análise de abordagem qualitativa e etnográfica e a ancoragem teórica é sobretudo da sociologia rural. Foram realizadas entrevistas com 30 mulheres do município de Marechal Cândido Rondon, no Paraná. Todas elas moradoras do campo, em sítios dos quais são proprietárias junto com a família. Desse total, 15 trabalham na cidade e retornam ao sítio diariamente e 15 trabalham apenas nos sítios. Ao falarmos do lugar dessas mulheres, não o fazemos apenas enquanto local geográfico e físico, mas, sobretudo, àquele conectado ao territorial, cultural e social, diretamente perpassados pela identidade, que tem forte presença das relações étnicas, neste caso, da “germanidade” que é característica no município, em função da colonização. Ao final da pesquisa concluímos que essas mulheres demonstram uma relação direta entre campo e cidade, refletida em seus modos de vida, mesmo morando no sítio. Isso se dá inclusive para aquelas que não trabalham fora do sítio, mas que estabelecem estreita conexão de dependência com o meio urbano seja para trocas comerciais ou para socialização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rural-Urbano. Identidade. Gênero. Mulheres.

## ABSTRACT

This research analyzes the female self-perception regarding the rural, urban or rural-urban identity contained in the discourse of this group. It is an analysis of a qualitative and ethnographic approach and the theoretical anchorage is mainly from rural sociology. Interviews were conducted with

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - UNIOESTE, Brasil. E-mail: [adrianabasquetep@hotmai.com](mailto:adrianabasquetep@hotmai.com)

<sup>2</sup> Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - UNIOESTE, Brasil. Pesquisadora do grupo de pesquisa em desenvolvimento rural (DERU). E-mail: [romislima2@gmail.com](mailto:romislima2@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0968-0044>

30 women from the municipality of Marechal Cândido Rondon, in Paraná. All of them live in the countryside, in places they own together with their family. Of this total, 15 work in the city and return to the site daily and 15 work only on the sites. When talking about the place of these women, we do not only do it as a geographical and physical place, but, above all, to that connected to the territorial, cultural and social, directly permeated by identity, which has a strong presence of ethnic relations, in this case, “Germanity” which is characteristic in the municipality, due to colonization. At the end of the research, we concluded that these women demonstrate a direct relationship between countryside and city, reflected in their ways of life, even living on the farm. This is true even for those who do not work outside the farm, but who establish a close connection of dependence with the urban environment, whether for trade or socialization.

**KEYWORDS:** Rural-Urban. Identity. Gender. Women.

\* \* \*

## Introdução

Os trabalhos de pesquisa acadêmica sobre o contexto das mulheres rurais no Brasil são, em sua grande maioria, efetuados por estudiosas femininas, como poderá ser percebido ao longo deste trabalho. Em todos esses estudos, aos quais recorreremos, as autoras se assemelham, ao apontar para o papel fundamental das mulheres no desenvolvimento rural sustentável, e na reprodução econômica e social das atividades rurais Brasil afora.

Tal público atua em várias frentes, muito embora, seu trabalho muitas vezes seja apontado como “ajuda”, até mesmo por muitas mulheres do campo, que já naturalizaram uma questão que é de ordem cultural e fruto de uma sociedade patriarcal. Além de atuarem diretamente e, ou, indiretamente nas atividades de produção agrícola, se mantêm responsáveis pelas atividades ligadas a casa e seu entorno; neste caso: quintal, horta, pomar, galinheiro, chiqueiro e outros. Local, onde os maridos e filhos pouco acessam no que se refere a trabalho. Nesse contexto de ajuda, parece haver uma percepção do trabalho feminino, o que se refere à casa e seu entorno, como algo menos importante do que aquele especificamente ligado ao setor

de produção agrícola, tido como local dos homens, pelo menos do domínio administrativo.

Outra característica importante para localizar as discussões contidas nesse trabalho, é a que perpassa pela compreensão de uma realidade do “novo rural” brasileiro, noção cunhada de Silva; Del Grossi; Campanhola, (2002), esse que surgiu a partir da década de 1980, segundo os autores, e que não pode mais ser considerado como um universo puramente de produção agrícola, ao mesmo tempo em que atividades pouco importantes no rural do passado passaram a ganhar visibilidade de renda. Aspecto importante, e que diz respeito a este trabalho, é a pluriatividade exercida pelas mulheres, como é o caso de parte das entrevistadas na pesquisa.

As transformações contemporâneas no meio rural – como mostram as discussões feitas por Carneiro (2012), Lima (2005), Moreira (2005), Zimmermann et al. (2015), têm ocasionado ocorrências das denominadas famílias pluriativas envolvidas na multifuncionalidade da agricultura [terminologias inicialmente discutidas por Maluf (2003) e Schneider (2003)]. Essas famílias buscam assim por atividades geradoras de renda também fora do campo, em que as mulheres são as principais envolvidas. São mulheres que moram no campo, mas que exercem atividades externas ao sítio onde vivem, seja em outra localidade rural, seja em área urbana.

Este trabalho apresenta resultado e análises de pesquisa, realizada na forma de estudo de caso, no município de Marechal Cândido Rondon, localizado no extremo Oeste do Paraná. Trata-se de uma análise de abordagem qualitativa e etnográfica e a ancoragem teórica é sobretudo da sociologia rural. Foram realizadas entrevistas com 30 mulheres. Todas elas moradoras do campo, em sítios dos quais são proprietárias junto com a família. Desse total, 15 trabalham na cidade e retornam ao sítio diariamente e 15 trabalham apenas nos sítios. Ao falarmos do lugar dessas mulheres, não o fazemos apenas enquanto local geográfico e físico, mas, sobretudo, àquele conectado ao territorial, cultural e social, diretamente perpassados

pela identidade, que tem forte presença das relações étnicas, neste caso, da “germanidade” que é característica no município, em função da colonização.

O Município foi colonizado por descendentes de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em meados dos anos 1950, atraídos pela política de incentivo e expansão da fronteira agrícola na região. A colonização por descendentes alemães que se destaca, o que faz com que a cultura do município esteja muito enraizada na identidade germânica, a língua alemã ainda é falada e conservada pelos moradores mais antigos da cidade, o que se mostra nas festas locais, na gastronomia e hábitos da população e também na própria arquitetura típica da cidade (NIEDERAUER, 1992).

O município é também caracterizado pela agricultura, predominando a monocultura da soja e do milho. Ainda que a centralidade esteja na monocultura, a agricultura de base familiar coexiste no município, embora a maior parte da população habite na área urbana. Neste contexto de transformação do mundo rural pelo qual o município vem passando, desde sua ocupação, modificações podem também ocorrer nas representações pessoais e identitárias dos habitantes do meio rural.

A pesquisa de campo foi desenvolvida com mulheres que moram e trabalham no sítio e também com aquelas que moram no sítio, mas que tem seu maior tempo de dedicação ao trabalho fora dele, onde exerce função remunerada. O objetivo da pesquisa foi investigar a representação das mulheres que vivem em áreas rurais, no que se refere às categorias de mulher rural, mulher urbana e mulher rural-urbana e nas categorias de mulher – agricultora ou camponesa, mulher - dona de casa, mulher trabalhadora (rural ou não rural), mulher empreendedora; analisar as representações das mulheres nas práticas familiares envolvendo hábitos, cultura, qualidade de vida e suas reais identidades.

É uma pesquisa qualitativa com abordagem etnográfica da pesquisa realizada em campo, no intuito de ampliar a voz das mulheres que pesquisamos, para que falem de si mesmas, registrando algumas de suas

falas mais relevantes para o objetivo da pesquisa. As entrevistas foram gravadas com autorização das mulheres. Optamos também por atribuir pseudônimos a elas, utilizando nomes de flores. A análise das entrevistas foi realizada por análise de conteúdo.

É preciso esclarecer que outra razão que nos levou à pesquisa se deu a partir do desafio colocado por Carneiro e Teixeira (1995, p. 45), no que se refere à necessidade de ampliar a discussão proposta pelas autoras: “é possível falarmos da ‘mulher rural’ como uma categoria universalizante que englobe indistintamente o conjunto da população feminina no campo?”

Em nossa pesquisa nos interessa essa percepção a partir do olhar das mulheres sobre si, ou como se veem, neste contexto de transformação contemporânea, como mulheres rurais, urbanas ou inseridas em ambas as categorias? O que as leva a se posicionarem nessas categorias? Como percebem seu papel na família e na sociedade nos processos do mundo rural em transformação, as próprias transformações da vida? Para isso, buscamos dar à mulher um papel centralizador em um estudo sobre sua percepção do rural.

Apesar de haver algumas orientações de estudo, poucos, no sentido de estabelecer “mulher rural” como uma categoria identitária, elas estão, como aponta as autoras supracitadas, mais presentes no discurso de mediadores. Por isso, consideramos importante realizar uma abordagem etnográfica<sup>3</sup>, ouvir das próprias mulheres, moradoras das áreas rurais, a respeito desse assunto que lhes diz respeito.

Ao falarmos do lugar dessas mulheres, não o fazemos apenas enquanto local geográfico e físico, mas, sobretudo, àquele conectado ao territorial, cultural e social, diretamente perpassados pela identidade, que

---

<sup>3</sup> A pesquisa etnográfica tem bases antropológicas ou etnográficas, baseia-se na observação e levantamento de hipóteses, onde o etnólogo procura descrever o que, na sua visão, ou seja, na sua interpretação, está ocorrendo no contexto pesquisado.

tem forte presença das relações étnicas, neste caso, da “germanidade”<sup>4</sup>, já que nossas interlocutoras são moradoras de um município onde a manutenção dos laços da cultura de origem de sua colonização é fortemente valorizada. Assim, a compreensão sobre mulher rural, mulher urbana ou mulher rural e urbana, estará em seus discursos localizados em suas representações, afinal como nos lembra Hall (1996), todos nós falamos, e escrevemos, de um lugar e de um tempo particular, orientados por uma história e por uma cultura que nos é específico. “Os discursos são localizados e o coração tem suas próprias razões” (HALL, 1996, p. 68).

### O perfil das mulheres

Uma das peculiaridades importantes sobre o perfil das mulheres entrevistadas é que todas são de famílias proprietárias do sítio onde moram, pois essa é uma característica da região pesquisada. Todas moram no campo e, com exceção de duas que são solteiras e uma que é viúva, as demais são casadas e têm, pelo menos, um filho/filha. Os quadros 1 e 2, apresentam algumas informações sobre elas.

Quadro 1 - Faixa etária das mulheres que residem e trabalham apenas no sítio

Faixa Etária	Quantidade	Percentual
30 a 49 anos	6	40%
50 a 69 anos	7	46,7%
70 a 89 anos	2	13,3%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Entre o público que trabalha fora do sítio predomina a faixa etária de 30-49 anos, como mostra o quadro 2.

<sup>4</sup> O termo foi cunhado do trabalho de Stein (2000), em pesquisa sobre a construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon no período 1946-1996.

Quadro 2 - Faixa etária das mulheres que residem no sítio e trabalham fora do sítio

<b>Faixa Etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
20 a 29 anos	2	13,3%
30 a 49 anos	11	73,3%
50 a 69 anos	2	13,3%

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

As atividades profissionais fora do sítio envolvem as seguintes: comércio (3), garçonne (1), professora (4), empregada doméstica/diarista/zeladora (3); funcionária pública (1) secretária (1) conselheira tutelar (1), cabeleireira (1).

Sobre a escolaridade: Onze (11) entrevistadas cursaram até o ensino médio completo. Destas seis, trabalham na cidade. Do total de entrevistadas, apenas cinco (5) possuem ensino superior, além de uma (1) que cursou especialização; essas seis mulheres trabalham na cidade, assim como aquela que, no momento da pesquisa, estava cursando o superior. O restante possui o médio incompleto (3); fundamental completo (2) e fundamental incompleto (7).

É interessante observar que dentre as mulheres que trabalham apenas no sítio, não há nenhuma com formação superior ou mesmo cursando este nível de ensino. Diferentemente daquelas que trabalham na cidade. Estudos sobre gênero, agricultura familiar e de juventude rural apontam para a tendência dos últimos anos das mulheres se dirigirem às cidades para estudar, e uma forma de conseguir tal feito, é trabalhar também na cidade, levando-as a trabalhar durante o dia e estudar à noite. Estudo de Costa, Froehlich e Carpes (2013), sobre masculinização rural no Rio Grande do Sul, aponta o fato de haver mais escolarização por parte das mulheres do que as dos homens e isso como correlação na masculinização do trabalho do campo. E, segundo Brumer (2004) em seu estudo sobre gênero e agricultura:

As desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição subordinada na estrutura familiar – evidenciada na distribuição das atividades nas esferas de produção e de reprodução, do poder e do acesso à propriedade da terra –, as mulheres têm menores perspectivas profissionais e motivação para permanecer no meio rural do que os homens (BRUMER, 2004, p. 225),

A masculinização e o envelhecimento do campo são dois assuntos muito em pauta nos estudos contemporâneos de sociologia rural. Isso se aplica, sobretudo, mais ao mundo do trabalho agrícola, do que ao local de vida. No importante estudo conduzido por Camarano e Abramovay (1998), isso já estava sendo sinalizado. O processo de desenvolvimento rural baseado na modernização da agricultura retira espaços de trabalho que antes eram também ocupados por mulheres. A modernização agrícola é excludente também no que se refere a gênero. As mulheres possuem menos possibilidades de inserção.

Os autores acima apontam para três prováveis razões para as migrações femininas, a saber: 1) As migrações estão relacionadas diretamente à oferta de trabalho no meio urbano e o predomínio de moças vincula-se à expansão do setor de serviços, tanto em empresas como em residência; 2) Em algumas situações, o caráter seletivo das migrações está ligado a dinâmicas intrafamiliares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada. Deixar a residência paterna é o caminho mais curto para a independência econômica, apesar dos inconvenientes ligados ao trabalho de doméstica. A própria família estimula esta migração, uma vez que são bem reduzidas às chances de as moças poderem se estabelecer como agricultoras ou esposas de agricultores; 3).



Outra explicação para o êxodo rural feminino e jovem, e que não é incompatível com o que acaba de ser mencionado, está na razão apresentada por Camarano; Abramovay (1998, p.14), baseado em Relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 1995). Trata-se, segundo os autores, da ligação entre processos migratórios e formação educacional: “a tradição latino-americana, neste sentido, é que fica no campo o filho ao qual *‘la cabeza no le dá para má’* – assim, valoriza-se mais o estudo das moças (com a perspectiva de que saiam do campo) que o dos rapazes”.

Percebe-se, ainda, nas gerações mais novas, mas não tão presente, é o processo de transmissão do patrimônio da terra que, durante muito tempo na história brasileira, excluiu as mulheres da posse da terra, herdando muitas vezes apenas algumas cabeças de animais, ou ganhando algum presente simbólico como uma máquina de costura.

No estudo de Lima (2015), foi apontado que todas as famílias que entrevistou para sua pesquisa em Minas Gerais, cuja propriedade da terra do casal se relacionava à herança, estas provinham dos pais do marido. Outros estudos sobre o processo sucessório no meio rural tratam dessas questões, como em Carneiro (1998a e 2001), Mendonça et al. (2013), Paulilo, De Grandi e Silva (2003), Spanevello e Lago (2010) e Woortmann (1995) ao discutirem o processo sucessório do meio rural. Paulilo; De Grandi; Silva (2003, p.188) esclarecem que as “as mulheres se tornam agricultoras por casamento”.

Na geração rural mais recente, o quadro que se configura é o pouco interesse da juventude do campo (homens e mulheres) em permanecer no meio rural e conduzir as atividades da propriedade dos pais, em função de perspectivas que conduzem a um meio de vida mais urbano do que rural, fazendo da cidade o destino de interesse para estudar e trabalhar.

Situação semelhante é observada entre as famílias das mulheres entrevistadas, como poderá ser observado em seus depoimentos ao longo do trabalho. Aquelas que optaram por trabalhar na cidade e, em alguns casos,

também estudar, justificam o fato de não terem no que trabalhar no sítio, de forma a serem remuneradas pelo trabalho. No caso daquelas que trabalham apenas no sítio, essa realidade também é apontada por quase todas elas: não há remuneração individual pelo trabalho. Para obter bens e serviços de uso pessoal, usam o sistema de troca de mercadorias por trabalho prestado ou para comprar objetos de uso pessoal, como maquiagem, roupas. Há certo desconforto por parte daquelas que não têm sua independência financeira.

No que se refere às habitações do grupo pesquisado e componentes do modo de vida, no geral foram observadas poucas diferenças que possam apontar uma classificação como habitação rural. Excetuando-se a presença de uma área produtiva agropecuária, o que ocorre na área urbana do município, o restante em muito se iguala às habitações urbanas de pessoas de semelhante condição financeira: automóveis na garagem, ar condicionado, disponibilidade de internet.

A categoria rural ou campo é muito mais apontada, discutida, analisada neste artigo do que a categoria urbano ou cidade. Isso se dá pelo local de morada das mulheres que compõem essa pesquisa. Mas isso não significa reduzir o rural a local geográfico.

Discutir os limites do rural brasileiro contemporâneo não é simples. Tais reflexões poderão ser observadas nas discussões dos itens 2.1, 2.2 e 2.3. No entanto, à luz dos apontamentos acima, importa já introduzir tal abordagem. Como definir o mundo rural e o mundo urbano ou diferenciá-los diante da linha tênue que os conecta e ao mesmo tempo os separa?

Para Camarano; Abramovay (1998) inexistente um critério único a totalmente abrangente que possibilite definir essa fronteira, além de variar entre os países. No Brasil, segundo os autores, no que se refere às classificações oficiais considera-se “como situação rural os domicílios e a população recenseada que abrange toda a área fora do considerado urbano, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”(p. 46). No entanto a classificação formal não explica por si só a cultura e as dinâmicas do rural que são múltiplas e complexas para serem

definidas apenas por limites geográficos definidos para o urbano, o que faria que tudo que está fora do perímetro considerado oficialmente como urbano seja rural, sem levar em consideração as escolhas, as percepções sociais, os modos de vida, por exemplo. Outra percepção de rural que segundo, Carneiro (2005), também não pode ser mais a única a ser considerada para compreender o conceito de rural é o que foi durante muito tempo aplicada pela sociologia rural, ou seja, a de que cabia-se defini-lo observando a “centralidade na atividade agrícola, isolamento geográfico e cultural e fraca mobilidade”(p. 8).

Em função de todo o processo de transformação contemporânea, talvez o mais sensato e seguro é compreender o rural como uma categoria também em constante transformação e lugar e adaptações, assim como é o mundo urbano. Nesse sentido, concordamos com a autora acima quanto à necessidade de compreender o dinamismo que ele representa. Morar, viver, trabalhar no campo não significa estagnação, paralisação, atraso, tampouco apego a uma tradição de forma acrítica. Permanece a capacidade de escolher o que preservar em termos de cultura, valores e modos de vida e o que abandonar e transformar. Nas conversas com as entrevistadas, isso ficou evidente. São mulheres moradoras do campo que fazem escolhas, não todas as que gostariam por uma série de fatores, mas no que se refere à identidade rural, urbana, ou rurbanda, conseguem se posicionar, embora reconheçam os conflitos que isso abarca.

### Diálogo entre a teoria e os depoimentos das mulheres

No que se refere aos estudos sobre mulher e ruralidade, estes se ampliam, sobretudo, a partir da década de 1980, segundo sinaliza Panzutti (2006), sendo temas prioritários aqueles que diziam respeito ao trabalho assalariado, reprodução social familiar e participação na luta política. Esses estudos frisavam prioritariamente as questões inseridas no processo dinâmico de mudanças na sociedade e no campo.

Segundo Wanderley (1998), em pesquisa realizada com agricultores da produção de algodão em Leme, São Paulo, aponta que as mulheres foram perdendo seu espaço de trabalho no processo de produção rural, à medida que houve o avanço da modernização da atividade. Elas atuavam mais quando as técnicas de produção eram mais tradicionais e manuais. O processo de modernização e mecanização agrícola parece ter sido excludente para as mulheres, segundo a autora.

Brumer (2004) também discute a questão ao ponderar sobre algumas das razões que explicam a saída de jovens mulheres do campo em busca de trabalho nas áreas urbanas no Rio Grande do Sul. Em semelhante percepção daquela de Wanderley (1998), a autora escreve que:

As tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra. (BRUMER, 2004, p. 173).

A busca por uma remuneração, ainda que seja, fora do sítio, também está relacionada ao desejo de independência financeira; ter um salário, uma renda pessoal, que lhes permitam adquirir bens de interesse pessoal, para os filhos e a casa, mas também, muitas vezes, a sua renda contribui para cobrir despesa da produção, como revelado em depoimentos de algumas mulheres pesquisadas por Lima (2015) em áreas rurais de Minas Gerais.

Mas apesar das novas dinâmicas pela qual passa o rural, nem todas as mulheres trabalham também fora do sítio, há aquelas que, por opção, ou por necessidade, lidam apenas no campo, aqui chamaremos também de sítio e, ou, meio rural. Estas participam das atividades ao longo de toda a jornada diária do trabalho no sítio, como retirada do leite, fabricação de queijo, cuidado das galinhas e porcos, hortas e pomares, preparo de alimentos,

sobretudo, no que se refere ao autoconsumo e alimentação da família, sendo a mulher, personagem fundamental para a promoção da segurança da família rural, como apontado por Zanetti e Menasche (2007), veremos que esta é também a realidade das mulheres que compõem esta pesquisa. Interessou-nos conhecer quais os perfis de mulheres. Abaixo um dos depoimentos que mostra a realidade de algumas das nossas interlocutoras:

Não trabalho fora, 'aqui tem bastante serviço', recebo do meu esposo dinheiro, pois ajudo no plantio e colheita. Para comprar minhas coisas pessoais peço dinheiro ao meu marido. Minha rotina é cuidar da horta. Pomar não tem mais. Ninguém divide o trabalho comigo da casa, eu preparo as comidas. Não participo, não dou nenhuma opinião sobre a compra de maquinários ou outros benefícios para o sítio, somente meu esposo (Três Marias, 52 anos, ensino fundamental incompleto).

Na dinâmica de mudanças do rural contemporâneo, conforme apontado nas diversas análises de Carneiro (2005 e 2012), é possível observar a evasão feminina para áreas urbanas, em busca de trabalho e/ou para estudar. Observa-se também que existem mulheres as quais trabalham e estudam fora do sítio, seja na área urbana ou em outra localidade rural, mas que retornam para o sítio ao final do dia. São as diversas dinâmicas envolvendo o ser feminino no universo rural e rural-urbano.

Segundo Lima (2015), neste contexto, a dupla jornada de trabalho feminino não ocorre apenas nas áreas urbanas, mas também, nas rurais, seja para aquelas que possuem atividade remunerada fora da propriedade em que moram, seja para as que trabalham apenas na propriedade. As atividades das mulheres agricultoras envolvem o ambiente interno e externo da casa e ainda, o seu entorno, para muitas, as atividades também do roçado, conforme Panzutti (2006):

Na vida cotidiana, a mulher se ocupa de cozinhar e servir a comida, lavar a roupa, cuidar dos animais, prover a lenha, costurar as roupas,

lavar a louça, além de trabalhar na roça, sempre acompanhada da prole que é de seu cuidado. Eventualmente é auxiliada nessas tarefas por uma filha (PANZUTTI, 2006, p. 62)

Segundo a autora, no meio rural, a oposição entre a casa e o roçado, apesar de socialmente ser dividida e hierarquizada, mostrando os domínios dos homens e os das mulheres, não as livra de exercer muitas atividades no espaço considerado masculino. Por outro lado, a cozinha é um espaço bem definido como sendo o da mulher, mãe de família.

Alguns estudos feitos no Sul do Brasil, como o de Heredia; Garcia; Garcia Jr. (1984), Paulilo; De Grandi; Silva (2003) e Zanetti e Menasche (2007), relatam a experiência de mulheres atuando em diversas atividades agrícolas e ainda, com o cuidado com pequenos cultivos, animais, mas também mantendo a responsabilidade pelas práticas alimentares na preparação e organização da alimentação da família. Mas ainda assim, falam de si como ajudantes nas atividades agrícolas, talvez por vício da linguagem, ou talvez por adoção cultural e, assim contribuem para perpetuar essa visão, delineando uma clara divisão sexual do trabalho no rural que ainda permanece muitas vezes atrelada a trabalho leve e trabalho pesado, como abordado por Paulilo (1987), em seu artigo, “O peso do Trabalho leve” e por Tedeschi (2004) em “Meu nome é ajuda”. Outros trabalhos que tratam da questão são os Brumer e Anjos (2008), Carneiro (1994), Paulilo (2016) e Paulilo e Silva (2007). Alguns desses trabalhos serão retomados nas análises ao longo do trabalho.

No que se refere a uma aproximação de uma categorização de “mulher rural”, Carneiro; Teixeira (1995) em seu estudo sobre a mulher rural no discurso dos mediadores, aponta que a análise do discurso das mulheres é muitas vezes interpretada por terceiros (técnicos ou assessores de ONGs, de sindicatos, sindicalistas) onde suas falas pouco aparecem ou são amplificadas.

[...] raramente aparecem como sujeitos, o que de certa forma pode ser entendido como uma consequência da própria visão que essas entidades têm da mulher rural a qual só se torna visível quando transformada em sujeito coletivo, ou seja, através da sindicalização ou de outras formas de organização. Podemos adiantar, portanto, que o presente estudo demonstrou a necessidade de se realizarem pesquisas voltadas para as mulheres rurais de forma que ampliem o universo de análise para além das fronteiras dos grupos organizados (CARNEIRO; TEIXEIRA, 1995, p. 48).

Compreendemos, a partir da discussão dessas autoras, e que é criticado por eles, que quando se fala em categorização de mulher rural, o que parece ocorrer é uma tendência a amarrar tal categoria à noção de coletivização ou de organização, assim seriam entendidas como mulher rural aquela que estiver organizada em associações ou em sindicatos. O que para alguns autores, como Cappellin (1991) e Lobo (1991), ambos citados por Carneiro; Teixeira (1995, p. 49), seria uma maneira de conferir visibilidade às mulheres no processo produtivo, na tentativa de suas ações no campo deixarem de ser vistas como “ajuda”. No entanto, a autora alerta que, apesar de importante, isso trata apenas de uma esfera da identidade da mulher rural e “a questão da “cidadania” e dos “direitos” fica, assim, atrelada à necessidade do reconhecimento da mulher como agricultora”.

A outra esfera identitária da mulher rural está em considerá-la “como sujeito de ações diversificadas com inserções sociais que não estão, necessariamente, vinculadas à sua condição de produtora” (CARNEIRO; TEIXEIRA. 1995, p. 52). E ainda,

Cabe-nos perguntar até que ponto estaríamos observando uma lógica de construção da imagem da mulher fortemente centrada na valorização dominante da sociedade, que poderíamos designar de masculina, que reconhece na produção (e por associação lógica, no

homem) o motor da dinâmica social e elemento atribuidor de sentido às relações sociais (Ibdem, 1995, p. 52).

Concordando com tal discussão provocada pelas autoras ponderamos sobre: se ao considerar “mulher rural”, enquanto categorização, somente aquelas que se colocam como produtoras, não seria uma forma de seguir hierarquizando a divisão sexual do trabalho rural, ou seja, o espaço da produção agrícola sendo mais importante do que o espaço da produção e reprodução social? E ainda, em função disso, apenas em organização política poderiam ser consideradas como “mulher rural”?

O esforço em reconhecer a mulher como parte da população ativa não explica, e muito menos elimina, por si só, as discriminações a que estão submetidas em decorrência de uma ideologia que se sustenta na desigualdade e na hierarquia entre os gêneros. Antecedendo ao esforço de tornar visível a participação da mulher na produção devemos perguntar o que a torna invisível? Que sistema de valores legitima a classificação do trabalho da mulher como ‘ajuda’ e, portanto, ‘dispensável’ ou ‘provisório’? Até que ponto a afirmação da identidade da mulher como trabalhadora modifica sua posição nas relações de força que se estabelecem entre ela e o marido no interior do espaço doméstico? Relações essas informadas por um sistema de valores que não lhes é exclusivo, mas é produzido pela sociedade e reproduzido nas relações familiares (Ibdem, 1995, p. 56).

Percebemos, assim como a autora, uma confusão existente entre as categorias de trabalhadora rural e de mulher rural. Em nossa compreensão as duas categorias estão interligadas, ou seja, é mulher rural, não apenas as mulheres sindicalizadas como trabalhadoras, mas todas as demais, inclusive aquelas que exercem a pluriatividade em áreas urbanas. Mas também somos conscientes de que são as mulheres, moradoras do campo, é que podem dizer como se sentem no tocante a essa questão. Elas classificam-se



como mulheres rurais, como trabalhadoras rurais ou inseridas em ambas as categorias, ou ainda, percebem-se mais rurais ou mais urbanas, ou inseridas em ambas as identidades. Mulheres sabem da relevância de buscarmos compreender melhor tal aspecto, sobretudo, em tempos de limites tão tênues entre o rural e o urbano, inclusive na região onde desenvolvemos a pesquisa.

### 2.1. Morar e trabalhar no campo, morar no campo e trabalhar na cidade: atribuições, vivências, percepções sobre sua identidade

Na discussão sobre identidade das mulheres que moram no campo, pensamos em consonância com a ideia de Carneiro (1998b).

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de ‘urbano’ e ‘rural’ em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente (CARNEIRO, 1998b, p.53).

Na medida em que as diferenças regionais e culturais vão sendo reduzidas em função de suas proximidades ou por algum tipo de integração, incluindo nesse contexto o campo e a cidade, a construção da identidade dos habitantes do rural pode sofrer os efeitos disso, sobretudo, porque o campo se dirige mais à cidade do que os moradores do meio urbano se dirigem ao campo.

Na contemporaneidade, os habitantes do meio rural se deslocam mais até as cidades para comercializarem seus produtos, mas também para adquirir bens gerais que não produzem; para estudar e para trabalhar; para recorrer a tratamentos de saúde, entre outros recursos que não estão disponíveis no campo.

Nesse sentido, é conseqüente que haja algum tipo de conflito ao pensar na identidade de rural ou urbano e talvez isso leve também a uma

identidade de rurbano, expressão usada pela primeira vez por Gilberto Freyre, em “Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios” (1945) e em “A Presença do Açúcar na Formação Brasileira” (1975). Mais recentemente o termo tem sido retomado por outros pesquisadores brasileiros, como Carneiro (1998b) e Graziano da Silva (1997). Freyre (1945) aborda a expressão como possível de ser usada para explicar a relação de complementariedade ou de convivência ou de junção de aspectos culturais do mundo rural e do mundo urbano, mas sem que o rural fosse dominado pelo urbano. Em semelhante percepção entre a proximidade dos dois mundos, Carneiro (1998b), observa que:

Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. No entanto, tal processo não resulta, a nosso ver, numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana [grifo da autora] (Ibdem, p. 53),

Os relato das interlocutoras que residem no sítio, mas trabalham na cidade, tratam do que a autora menciona no texto acima.

Sou conselheira tutelar, gosto muito do que faço, estou satisfeita com minha remuneração. O meu salário é somado à renda familiar, ajudo pagar algumas coisas. Adquiro meus objetos pessoais nas lojas, no comércio em geral. Ahhh se eu gostaria de ter mais tempo só pra mim. Iria viajar, passear, comprar um sítio maior. (Íris, 35 anos, ensino superior).

Já a Calêndula argumenta:

Trabalho fora, sou professora, gosto muito do que faço, estou contente com a minha remuneração. O meu salário não é somado à renda familiar. Adquiro meus objetos pessoais com meu próprio dinheiro, compro na internet, nas lojas em geral. Possuo conta bancária sim, sei dirigir e tenho habilitação, vou por tudo, viajo para cursos, não tenho medo. Considero-me uma mulher rural e urbana, porque gosto de estar me atualizando na cidade...[e sorri] (Calêndula, 44 anos, formação superior).

Em ambos os depoimentos, as interlocutoras exercem função remunerada fora do sítio, sendo que a renda de Íris contribui na renda familiar, já no caso de Calêndula isso não acontece. É no contexto das abordagens teóricas aqui apresentadas que se inserem as diversas percepções das mulheres entrevistadas.

## 2.2. Rural, urbana ou rurbana? Falando de si e por si

A ideia de ruralidades – no plural – perpassa por toda a pesquisa que realizamos. Discutir sobre representações e identidades de mulheres rurais implica em pensar na abordagem das ruralidades, que são muitas. A noção ou ideia de rural pode variar de uma cultura a outra, de um olhar que pode estar vinculado à noção de território, como lugar onde mora, mas também descolado dele. Essa percepção multifacetada de rural está embasada na abordagem de Maria José Carneiro em seus estudos sobre o tema. Para a autora no contexto brasileiro contemporâneo, o mais prudente é pensar a ruralidade como:

Um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos

códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade (CARNEIRO, 1998b, p. 61).

Nossas entrevistadas foram convidadas a refletir e a responder se sentiam rurais, urbanas, ou rurais urbanas. Para algumas delas o local de nascimento e de moradia justificavam a resposta, para outras, isso não teve importância, tanto assim que do total de 30 mulheres, 15 delas (50%) responderam se sentir mulher rural; outras 14 (49%) responderam se sentir mulher rural e urbana e apenas uma delas (1%), respondeu se sentir mulher urbana.

Esse é o caso de Zinia que sempre morou no campo e tem dois filhos. Ela trabalha em uma loja na cidade e o marido trabalha no sítio. Seu salário lhe dá certa independência financeira, mas ele se junta à renda do sítio no orçamento familiar. A família não cultiva hortaliças e nem frutas no sítio, mas criam porcos, galinhas e vaca de leite, para autoconsumo e para fazer troca entre vizinhos<sup>5</sup>, por hortaliças e frutas, por exemplo. Considera um privilégio poder morar no sítio pela tranquilidade, segurança e boa qualidade de vida. Mas ela tem sonhos de viajar, de conhecer novos lugares, pessoas e costumes diferentes, desejo que ainda não conseguiu realizar. Sobre a representação de sua identidade, Zinia diz:

Me considero uma mulher urbana, gosto da cidade, mesmo sendo nascida e criada no sítio... acho que tem diferença entre as mulheres do sítio e da cidade, porque as da cidade têm mais liberdade, saem quando querem, têm mais acesso as coisas (Zinia, 40 anos, ensino médio).

---

<sup>5</sup> Sobre o sistema de troca, que foi muito citado nas entrevistas, destacaremos mais à frente.

Quando analisamos essa mesma percepção separando entre as mulheres que trabalham apenas no sítio (15) e as que trabalham fora dele (15), os dados apontam que dentre as primeiras (que trabalham apenas no sítio) a grande maioria (73,3%) se identifica como mulher rural. Dessas, (20%) justificaram o fato de ser nascida no campo e trabalhar apenas ali; as outras (6,7%) não usaram o vínculo de nascimento e de vida no local, mas destacaram o orgulho com a atividade que executam como registrados nas falas a seguir:

Eu me vejo como uma mulher rural com muito orgulho. Sinto-me feliz sabendo que o “meu leite” alimenta crianças, assim ajudo os outros. Isso me completa. Não me importo em acordar às 5 h da manhã para poder deixar tudo organizado. Não vejo nenhuma diferença entre nós mulheres do campo e da cidade, por não me sentir inferior, têm a mesma capacidade (Glicínia, 48 anos, ensino médio incompleto).

Sou uma uma mulher rural, vivo e trabalho aqui, tenho orgulho de ser da roça, sempre tenho coisas para dividir ou doar para outras pessoas, isso me deixa muito feliz. Tem diferença entre as mulheres da cidade e do sítio, nós trabalhamos muito mais do que as mulheres da cidade, nosso trabalho é mais pesado. Sei dirigir até trator, mas não possuo habilitação (Peônia, 50 anos, ensino fundamental).

Eu sou mulher, e trabalhadora, rural. Porque residi à vida inteira no interior, isso acaba se tornando uma rotina. Tem diferença sim entre as mulheres rurais e mulheres urbanas, a realidade é totalmente diferente (Gérbera, 52 anos, ensino fundamental incompleto).

Observamos também que as entrevistadas que trabalham apenas no sítio possuem menos tempo de escolaridade, isso pode significar menos oportunidades de conseguir trabalho na cidade, embora nem todos os

trabalhos executados por aquelas que trabalham fora do sítio envolvam a necessidade de formação em ensino médio completo. Dentre as 15 que trabalham fora, cinco delas tem superior completo e uma o superior incompleto.

Retomando o aspecto de representação e identidade, dentre as mulheres que trabalham também fora do sítio (15), a maioria delas (74,4%) se veem como mulheres rurais e urbanas (rurbanas); 25,6% identificam-se como mulheres rurais e uma como mulher urbana, que foi o exemplo detalhado anteriormente. As justificativas da maioria que se sente rurbana se dá, sobretudo pela atuação profissional da cidade, pelo prazer de ter uma remuneração que lhes dá mais independência financeira e também por gostar de estar na cidade em vários momentos, como apontados nas falas a seguir. Elas também foram perguntadas sobre o que pensam sobre a diferença entre mulheres rurais e urbanas.

Eu me considero uma mulher rural e urbana. Nunca tive vergonha de dizer que morava no sítio, mas prefiro a cidade. Vejo que tem diferença entre as mulheres do sítio e da cidade. Em minha opinião as mulheres do sítio têm o pensamento limitado. Urbanas pensam mais pra ‘frente’ (Tulipa, 38 anos, superior).

Já, Hortênsia, diz que se percebe como uma mulher rural e urbana: “gosto de morar no sítio, mas as pessoas da cidade me fazem bem. Não existe diferença entre nós mulheres, somos todas guerreiras e vencedoras” (Hortênsia 52 anos, viúva, ensino médio).

Nos depoimentos a seguir tecemos um comparativo entre algumas entrevistadas e o pensamento em relação às diferenças entre mulheres urbanas e rurais, e ainda sobre as atividades que executam nos seus sítios.

A remuneração que tenho é da venda do leite ‘quando sobra’ [...] Pois é tudo muito caro, se não tivermos tudo em ordem podemos perder toda a produção. Adquiro meus objetos pessoais através do ‘cheque do leite’,

um pagamento que temos mensal do laticínio pela venda do produto. Não tenho horta, optei por não ter porque dá prejuízo e para revender tem que ser quase de graça. Considero-me uma mulher rural e urbana, porque gosto de conviver nos dois lugares. Gosto de passear na cidade. Em minha opinião existe diferença sim entre as mulheres do sítio e da cidade [...] ‘nós somos consideradas bicho do mato’, ‘tudo xucras’ [...] Isso me incomoda (Orquídea, 47 anos, possui ensino fundamental).

Trabalho fora daqui, ‘sou sócia’ com minha irmã de uma loja de roupas. Gosto de trabalhar na cidade. Trabalho fora do sítio para ajudar na renda. Não tenho salário fixo tenho que me virar com o que sobra das vendas da loja. Adquiro meus objetos pessoais com a renda do meu trabalho. Não trabalho mais no sítio, mas tenho ainda horta, gosto de cultivar e plantar, isso é uma terapia!!! Planto pimentão, tomate, cebolinha. Mesmo trabalhando na cidade me considero uma mulher rural, por ser criada aqui. Não vejo diferença entre as mulheres, são todas iguais (Violeta, 44 anos, ensino médio).

As duas interlocutoras acima estão na mesma faixa etária, ambas moram no campo, no mesmo município, a Orquídea possui ensino fundamental e a Violeta, ensino médio. A primeira trabalha somente no sítio e a segunda tem um trabalho na cidade. Ambas não têm remuneração fixa, vivem com o que sobra da atividade em que atuam. No primeiro caso, o que sobra da remuneração da produção leiteira após pagar todas as despesas de produção e os gastos prioritários da família. No segundo caso, o que sobra da venda das roupas da loja na divisão em sociedade. Com esse dinheiro que sobra, compram objetos pessoais, que abrangem vestuário, perfumaria, maquiagem e outros. É interessante observar que Orquídea, que trabalha apenas no sítio, se sente uma mulher urbana e rural, porque diz se sentir bem ao passear na cidade. É um ambiente em que também gosta de estar.

Já, Violeta, apesar de trabalhar na cidade, se sente uma mulher apenas rural. Gosta de chegar do seu trabalho na cidade e cuidar da horta

que para ela é terapia. Um detalhe importante em seu depoimento, é que antes de citar a horta como uma atividade relaxante, ela diz que não trabalha no sítio. Isso sinaliza que não identifica esta atividade como sendo um trabalho e uma atividade produtiva, mesmo se tratando de um importante fator para a segurança alimentar da família, ainda que seja para autoconsumo. Em sua percepção a atividade no sítio seria apenas complementar e, o espaço do quintal, pouco importante ao pensar em economia e produção familiar comparando-se a produção de outras atividades. Temos aqui um importante aspecto da discussão de divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. A do espaço produtivo, como sendo mais importante e de domínio masculino e o espaço do quintal (horta, pomar, galinheiro, chiqueiro) quase sempre destinado à alimentação familiar, como espaço menos importante e de domínio feminino. Apesar de a no sistema de divisão sexual do trabalho a sobrecarga, na grande maioria das vezes, recair sobre as mulheres, seja no campo seja na cidade, o que parece ocorrer no meio rural é uma demarcação mais nítida do espaço de domínio do feminino e do masculino. Situação em que entra no debate a “ajuda”. Quem exerce atividade no espaço que não domina exerce a ajuda. A atividade da mulher na produção agropecuária (domínio do masculino) é ajuda, já a atividade masculina na casa, quintal, horta ou galinheiro (domínio de feminino) é igualmente ajuda, como discutido no início do item 2.

De Grandi (2003), em pesquisa com mulheres agricultoras em Santa Catarina, defende ser muito difícil separar as relações de trabalho e de gênero na agricultura familiar, já que se trata de um processo único de produção e reprodução socioeconômica.

Quase todas as entrevistadas que trabalham apenas na agricultura mostram claramente em seus depoimentos, assumem as atividades da casa e seu entorno, mas não raro estão presentes de alguma forma nas demais atividades produtivas fora do espaço que circunda a casa. Basco et al.(1994) e Pacheco (1998) (*apud* DE GRANDI, 2003), destacam essa elasticidade do



trabalho feminino rural, onde as mulheres flexibilizam sua ocupação, mas o contrário muito raramente ocorre, ou seja, dificilmente os homens flexibilizam seu trabalho na produção agrícola para atender a demandas da casa e do seu entorno, como cozinhar ou cuidar da horta por exemplo. Além disso, há um entendimento cultural da existência de uma divisão de classificação dos trabalhos na agricultura familiar e que está diretamente conectada a divisão sexual do trabalho. Como discute Fiuza (1998):

O trabalho do homem é frequentemente definido como técnico e se é técnico é visto como de homem. Já o trabalho feminino é frequentemente visto como não técnico e o que não é técnico é visto na agricultura como trabalho de mulher (FIUZA 1998, p. 987).

Nesse sentido, tanto seu trabalho na horta do sítio, quanto sua renda de trabalho externo a ele, é considerada “ajuda”, “complementar”. No próprio discurso das mulheres isso parece estar naturalizado. Talvez por estar culturalmente inserido como “herança cultural” de suas avós, mães onde as mulheres só servem para ajudar e não são vistas com muita técnica para realizar tarefas que é somente designada ao homem da casa. Certamente isso seja um dos motivos de as mulheres buscarem trabalho no meio urbano, já que assim pessoalmente se sentem mais valorizadas. Como se pode observar nos relatos abaixo de mulheres cujo salário são inseridos na renda familiar.

Sou zeladora, gosto muito do que faço, mas minha remuneração poderia ser melhor. O meu salário é somado à renda familiar. Adquiro meus objetos pessoais com meu próprio dinheiro. Eu gostaria muito de ter mais tempo só pra mim. Se tivesse, ia viajar, passear um pouco, comprar um monte de maquiagem (Azaleia, 42 anos, ensino fundamental).

Trabalho fora sim, sou vendedora de roupas. Gosto de trabalhar fora sim. Pois conhecemos outras pessoas. Estou satisfeita com minha remuneração, pois no sítio já não é mais rentável. Meu dinheiro é somado com a renda familiar. Compro minhas coisas com meu dinheiro mesmo. Como eu gostaria de ter um tempo só pra mim. Iria viajar, comprar roupas, passear pra tudo que é lado. (Iasmim, 57 anos, ensino médio incompleto).

Sou doméstica, pois o sítio com o passar dos anos não deu mais o lucro que sempre nos deu. Minha remuneração poderia ser melhor. Meu salário é somado com a renda da família. Não uso maquiagens, outros objetos são adquiridos com meu dinheiro. Sabe que nunca parei pra pensar sobre isso, não sei o que faria. (Acácia, 49 anos, ensino médio).

A questão da ajuda como um sentimento naturalizado na agricultura familiar, tanto pelos homens, mas também pelas mulheres é discutida por Tedeschi (2004) ao estudar tal situação vivenciada por mulheres trabalhadoras rurais no Rio Grande do Sul. O autor chama a atenção para o fato de que a expressão “ajuda” era utilizada mesmo a mulheres passando quase semelhante número de horas que os homens nas mesmas atividades, mas o que é executado pelas mulheres no roçado é considerado inferior àquele realizado pelos homens. Segundo o autor “as raízes da desigualdade de gênero, mesmo no âmbito rural, estão na educação, posto que, nestes casos, os pais empregam técnicas diretas e indiretas para tornar as filhas ‘femininas’ e os filhos ‘masculinos’” (TEDESCHI, 2004, p. 49).

Além do trabalho usualmente considerado como doméstico e a ‘lida’ com o leite, também são atividades ‘próprias’ das mulheres, o cuidar das galinhas e outras pequenas criações, a horta, as ervas medicinais, as ‘miudezas’, como elas mesmas dizem. Além de todas essas tarefas, as agricultoras trabalham com o marido na roça, de onde sai o produto

para venda. Mesmo assim, entre estes agricultores, costuma-se dizer que na roça as mulheres apenas ‘ajudam’ (Ibdem, 2004, p. 51).

Pudemos observar durante a pesquisa por observação e pelos depoimentos a “submissão” que as mulheres ainda têm em relação aos maridos. Muitas se calavam, ou ficavam mais monossilábicas com a aproximação dos maridos. Situação semelhante foi observada na pesquisa de Viana (2000), realizada no interior de MG. São mulheres que trabalham em jornadas duplas, com pouca participação dos demais moradores das casas nos afazeres domésticos, mas no cotidiano reproduzem o comportamento quase naturalizado do papel feminino de ser mulher, mãe e agricultora como sendo inerente ao seu gênero, como uma obrigação.

### 2.3 As diferenças entre ser da cidade e ser do campo: o orgulho de ser rural

Parece permanecer na contemporaneidade o imaginário urbano permeado pela percepção do campo como o lugar de pessoas atrasadas, de pouco conhecimento, simplórias em contraposição ao espaço urbano, como sendo de modernidade, de evolução, da vida dinâmica e povoada por pessoas antenadas e “descoladas”. Usamos a expressão permanência porque isso é historicamente dado, como apontado por Williams (2011, p. 11): “O contraste entre campo e cidade, enquanto forma de vida fundamental, remonta à Antiguidade clássica”. Esse olhar posto sobre as pessoas do rural classificando-as de forma pejorativa como as expressões citadas acima pelas mulheres nos remetem ainda ao personagem “Jeca Tatu”, do escritor Monteiro Lobato. Era a figura do homem atrasado, arcaico, do campo, num contexto de país que buscava a modernização e ansiava pela ampliação industrial.

Algumas de nossas interlocutoras mostraram em seus depoimentos o incômodo por serem vistas por moradores da cidade, de forma pejorativa, como se o local onde vivem, ou seja, o campo fosse inferior, menos evoluído e cujos habitantes seriam pessoas caipiras e idiotizadas. Orquídea, como já

visto em seu depoimento anterior, diz sentir-se inferiorizada pelo olhar das pessoas da cidade, por ela ser moradora do meio rural. Acredita que as pessoas a consideram “bicho do mato” e “xucra”. Já, Violeta diz perceber isso, mas não se sente atingida, pois têm muito claro para si que mulheres rurais e urbanas são iguais.

A maioria delas, porém, considera haver diferença entre as mulheres que moram na cidade e as que moram no campo, vejamos os próximos dois casos.

Para Caliandra (67 anos, ensino fundamental incompleto), que trabalha apenas no sítio: “Existe diferença, sim, entre as mulheres do sítio e das mulheres urbanas. As mulheres do sítio têm que trabalhar mais para sustentar a casa”.

Eu acho que existe diferença entre as mulheres da cidade e as mulheres dos sítios. A mulher rural tem muito mais serviço pra fazer. E somos um pouco discriminadas, já fui chamada de ‘colona’ porque trabalho e moro na roça. Pra mim não é uma ofensa, mas consideram nós mais bobas (Alamanda, 42 anos, ensino médio incompleto).

Ela explica que, além da faxina que faz em casas na cidade, ao chegar em casa, também cuida da horta e das demais atividades da casa, apesar de ter a mãe que lhe ajuda. Ainda assim, ela se sente realizada em ter a própria renda para uso pessoal e porque também utiliza parte dela para ajudar na despesa familiar. Assim, como Orquídea, Alamanda diz perceber certo desprezo por ser rural. Ser denominada de “colona” lhe soa como expressão pejorativa, apesar de dizer que não se sente ofendida, o que não parece ser real. Ela também diz que as pessoas do rural são tidas como menos espertas pelas pessoas da cidade.

Todas as 30 mulheres entrevistadas disseram de forma enfática o prazer que sentem em morar no campo e não pretendem se mudar para cidade, exceto se não houver outra opção. Essa foi a resposta, inclusive, das

duas mais jovens e as duas solteiras dentre o grupo de entrevistadas. São elas: Onze horas, 27 anos e Flor-de-maio, 21 anos. Ambas são estudantes universitárias e moram com os seus pais. Elas pretendem, no futuro, continuar trabalhando na cidade, mas permanecer residindo no interior (termo como se referem a morar na área rural), como exposto em seus depoimentos a seguir:

Eu me acho uma mulher rural e urbana. Porque gosto de morar no sítio, mas gosto das atividades da cidade. Morar no sítio significa tranquilidade, também poder fazer meu horário. Nunca tive vontade de morar na cidade. Meu lazer é jogar futebol durante a semana. Nos finais de semana gosto de apitar e jogar futebol, ver minhas amigas. Gostaria de ter mais dinheiro para gastar comigo mesma. Faço atividade física sim, corro e jogo bola (Flor-de-maio, 21 anos, estudante universitária).

Eu diria que sou uma mulher rural. Não me vejo morando fora daqui, pois ando descalço, brinco com meus cachorros. É uma paz que não tem preço. Sim tem diferença entre as mulheres da cidade e do interior, sinto que tem preconceito conosco [...] ‘o jeito de falarmos é um deles’. Morar aqui é ter paz, vizinhos muito bons, não tem som alto, nossa qualidade de vida é muito boa. Nunca senti vontade de morar na cidade. Não sobra muito tempo, mas consigo ir duas vezes por semana na academia (Onze horas, 27 anos, estudante universitária).

Sou uma mulher rural e urbana. Porque tenho a vivência nos dois meios. Morar no sítio significa tranquilidade, sossego, apesar de ter mais serviço. Não tenho vontade de morar na cidade (Alpínia, 33 anos, superior).

Morar no sítio significa sossego, qualidade de vida, segurança. Já pensei em morar na cidade, mas logo desisti devido os assaltos e outros

tipos de violência. Também o barulho dos carros me irrita (Antúrio, 44 anos, ensino fundamental).

Mesmo para quem não nasceu no meio rural, como é o caso de Rosa do Deserto, que é professora, viver no campo passou a constituir identidade importante:

Moro no sítio há 8 anos, desde que casei. Considero-me uma mulher rural e urbana. Devido a minha convivência, minha família é toda da cidade. Não vejo diferença hoje em dia entre as mulheres do sítio e da cidade. Todas têm os mesmos direitos e deveres. Morar aqui é muito bom, estar em contato com a natureza, temos alimentos saudáveis. Quando estou muito estressada, molho a horta, vejo as plantas crescendo e isso me deixa muito feliz. No início foi difícil me acostumar no sítio, hoje estou muito tranquila e não tenho vontade de morar na cidade, tenho tudo o que eu quero (Rosa do deserto, 34 anos, nível superior)

#### 2.4 Utilização da renda para uso pessoal e o sistema de trocas

Chamou-nos a atenção que várias de nossas interlocutoras tenham usado o termo “moeda de troca” para se referir à troca de produtos alimentícios e também de produtos pessoais que realizam entre si e entre vizinhos. Apesar de utilizar a expressão moeda, o que fazem é troca ou escambo<sup>6</sup>, que é uma forma comumente utilizada em economia solidária. O escambo envolve a troca direta de um produtor por outro, não havendo a moeda envolvida. Como veremos em alguns depoimentos, troca-se o excedente do que é produzido no sítio para autoconsumo, mas trocam-se também produtos do sítio, seja leite, queijo ou pães por objetos pessoais

---

<sup>6</sup> O escambo é utilizado pela primeira vez no Brasil quando os portugueses colonizadores trocam objetos diversos para obter o trabalho dos nativos para extração, corte e transporte da madeira das matas para o litoral. Isso ocorreu antes de os escravizar para uso da força de trabalho (MÜLLER, 2004).

como, por exemplo, maquiagem de alguém que vende produtos de beleza ou por serviços.

É importante destacar que o escambo envolve trocas diretas e uma relação de confiança. O valor dos produtos a serem trocados é determinado pelas partes envolvidas, o que implica em que elas ocorram entre pessoas que se conheçam bem, ou seja, numa comunidade onde as relações de sociabilidade sejam centrais, considerando que os acordos de troca são feitos informalmente e oralmente, sem nenhum tipo oficial de contrato, o que gera de certa forma uma dependência recíproca. Este é o caso da Zinia, já citada neste trabalho. Como não produzem hortas e pomar no sítio, compram hortaliças e frutas de vizinhos, mas sua família junto com outras três trocam alimentos que produzem para autoconsumo, porém fazem o escambo do excedente. Outro exemplo semelhante é o de Coleus:

“Não produzo nada aqui. Compro dos vizinhos ou faço com moeda de troca. Produzimos aqui no sítio gado, porco e frango. Só para nosso consumo, e dividimos entre três famílias assim fazemos as trocas dos produtos”  
(Coleus, 33 anos, ensino médio incompleto).

Não tenho uma renda certa. Compro minhas coisas pessoais com o dinheiro que ganho ou também com a moeda de troca entre a vizinhança. Produzo *chimia (geléia)*, melado, bolachas. Algumas conservas de pimenta. Produzimos aqui no sítio leite (vendemos para o laticínio), soja e milho. A produção é para autoconsumo e para venda, nossa fonte de renda (Avenca, 44 anos, ensino fundamental).

Outras mulheres citaram também o sistema de escambo ao falar em como adquirem objetos de uso pessoal, inclusive aquelas que trabalham apenas no sítio e não possuem um salário.

Não trabalho fora do sítio. Tenho a minha remuneração no sítio com a venda de ovos, galinhas, queijos e melado. Compro minhas coisinhas com meu dinheiro das vendas. Às vezes como moeda de troca, eu e

minhas vizinhas trocamos um queijo por bolachas ou trocamos um queijo por roupa [risos]. Considero-me uma mulher rural, porque cresci no sítio (Caliandra, 67 anos, ensino fundamental incompleto).

Aqui no sítio é produzido leite, carne de gado e porco, demais hortaliças e verduras. Essa produção é só para nosso consumo, às vezes fazemos como moeda de troca com meus tios. Vemos o que eles têm e vice-versa aí trocamos produtos (Amaryllis, 53 anos, ensino fundamental).

Adquiro minhas coisinhas através das trocas com as vizinhas. Não tenho mais horta e nem pomar. Produzo pão e queijo para vender. Morar no sítio significa, ter sossego, trabalhamos bastante, mas temos uma vida boa (Lírio da paz, 72 anos, ensino fundamental incompleto).

Não produzo nada para vender, por exemplo, queijos, *chimias*, faço moeda de troca com as vizinhas. Produzimos aqui no sítio leite, suínos, soja, milho e frutas. Isso é para comercializar (Madressilva, 49 anos, ensino médio incompleto).

Compro minhas 'coisinhas', com os queijos que faço, ou troco com minhas vizinhas. Morar aqui é sossego, tenho vizinhos bons. Nunca tive vontade de morar na cidade. Quem não gostaria de ter mais tempo, né? Queria ter mais tempo e muito dinheiro pra poder passear à vontade. Não faço nada, danço um pouco né...isso ajuda? [E sorri] (Camélia, viúva, 78 anos, ensino fundamental incompleto).

Adquiro meus objetos com o dinheiro das vendas feitas dos produtos do sítio. Não tenho um trabalho definido por dia. Ajudo no que for preciso, na lavoura, na granja. Compro das vizinhas, ou fazemos como moeda de troca. Produzimos no sítio milho, soja, porco, gado. A produção é para consumo e para comercializar (Frésia, 44 anos, ensino médio incompleto).



Dália, 63 anos, estudou até a quinta série e também realiza troca: “Às vezes eu troco com minhas vizinhas umas banhas por umas bolachas”. De todas as mulheres que trabalham apenas no sítio, ela é a que mais participa de todas as atividades produtivas. A família é composta por ela, o marido, um filho, uma filha solteira e sua filhinha. Todos trabalham em todas as atividades, cuja renda principal é originada do gado de leite. Criam também cabritos, frangos caipiras e porcos para autoconsumo; Ainda comercializam lenha. Ela e a filha produzem alimentos para o consumo familiar: *chimia*, torresmo e queijo. “Aqui não temos feriados, tem que trabalhar na roça e depois tem todo o serviço da casa, mesmo a minha filha ajudando. Dividimos tudo para fazer”. Reclamou do excesso de trabalho lhe impedir de fazer periodicamente atividades que gosta como: jogar bolão e baralho com as amigas, de se divertir mais e passear.

Embasado nos relatos, percebe-se que, todas as mulheres entrevistadas trabalham e deixam esclarecidos em seus depoimentos, não sentirem vergonha de efetuar trocas ou escambos, pois assim sempre têm fartura em suas mesas e diversidades de produtos.

### Considerações finais

Trouxemos neste trabalho uma parte da pesquisa de campo, sobretudo os registros das falas das mulheres e, em uma abordagem etnográfica, apresentamos os seus olhares sobre si mesmas e as percepções sobre a ruralidade em contraste com a urbanidade. Nesse sentido, apresentamos as abordagens teóricas que nos levaram a refletir e a dialogar com as informações obtidas. A percepção das novas ruralidades e, a mulher inserida neste contexto, da maneira como é trabalhada por Maria José Carneiro, nos ajudou a compreender o discurso e as opções multifacetadas das mulheres que entrevistamos e a valorizar o olhar que elas têm sobre si mesmas e sobre o lugar de vida, de morada e de trabalho. Há semelhanças e

diferenças nos modos de vida dessas mulheres, mas algumas questões chave são coincidentes: o fato de todas elas não desejarem morar na cidade e o fato de apenas uma delas se sentir unicamente como mulher urbana, e não só rural ou rural-urbana (rurbana) como as demais - que tiveram o mesmo índice percentual de 48,3%.

O campo, no Brasil, está mudando e junto com ele, os seus habitantes, se readaptando, inserindo numa sociedade mais ampla, mas sem se manter alheios às transformações. As mulheres agricultoras entrevistadas filtram as mudanças adotando o que lhes interessa. Nesse sentido, se assemelham ao discutido por Maria José Carneiro (1998b, p.55) de que as pessoas habitantes do meio rural conseguem absorver e acompanhar a dinâmica da sociedade onde estão inseridos e de se adaptar às novas estruturas sem, contudo, abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização social definidas em contextos sócios históricos específicos. Assim, para essa autora, nesta nova ruralidade se inter-relacionam aspectos da vida moderna e tradicional sem comprometer os modos de vida no campo.

No que se refere às mulheres da nossa pesquisa, isso se aplica. Elas demonstram uma relação direta entre campo e cidade refletida em seus modos de vida, mesmo morando no sítio. Isso se dá inclusive para aquelas que não trabalham fora do sítio, mas sabem que a conexão de dependência com o meio urbano é efetiva e necessária, seja para trocas comerciais ou para socialização. Estas mulheres não pretendem se mudar para a cidade, pois o rural é o lugar idealizado de morada, mas não necessariamente é o de trabalho. Muitas delas admitem que não encontrariam a independência financeira trabalhando no sítio. Para as mulheres que trabalham somente nos sítios, o resultado do seu trabalho aliado a outros membros da família é uma importante fonte de reprodução econômica familiar, mas é também de reprodução social. Para as que trabalham fora, também reconhecem a importância de sua renda se somar à renda dos demais e, inclusive, contribuir para a manutenção da produção do sítio.

Para todas elas – as que trabalham no sítio e que trabalham também fora dele – há uma relação de afeto com o lugar, pois morar no sítio lhes permite manter alguns aspectos da cultura familiar e uma boa qualidade de vida. Em relação à identidade, sentem-se prioritariamente urbana ou rural, embora algumas se veem nas duas categorias. Não se sentem inferiorizadas. Expressam orgulho de ser quem são mesmo sendo vistas por algumas pessoas da cidade de maneira pejorativa, como apontada em algumas de suas falas: “colona”, “xucra”, “boba”, “limitada”, “fala errado”.

Nosso desejo é de que este trabalho, possa contribuir junto com outras pesquisas, de temáticas semelhantes, para a reflexão e o debate sobre as ruralidades, de ontem e de hoje, e sobre o lugar fundamental da mulher nessa dinâmica de transformação.

## Referências

BASCO, M. et al. Trabajando com mujeres campesinas em el Noroeste Argentino: aportes ao enfoque de gênero em el desarrollo rural. In: CAMPOS, C. (Org.) *Desarrollo rural com equidad de género*. Londrina: PROCODER; IICA; IAPAR, p. 111-136.1994.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004.

BRUMER, A.; ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 11, p. 1-12, 2008.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998.

CARNEIRO, M. J. (Coord.). *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

CARNEIRO, M. J. Apresentação da obra. In: MOREIRA, R. J. (Org.) *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 7-14, 2005.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 22-55, 2001.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. S.; RAIMUNDO, C. L. F. C. (Org.). *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus, p. 95-118, 1998(a).

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 2, p. 53-75, 1998(b)

CARNEIRO, M. J.; TEIXEIRA, V. L. Mulher rural nos discursos dos mediadores. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 3, n. 2, p. 45-57, 1995.

CAPPELLIN, P.G. Trabalhadoras Rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: *Camuflagem e Transparência: as mulheres no sindicalismo*. CUT, 1991.

COSTA, C.; FROEHLICH, J. M.; CARPES, R. H. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. *R. Bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 465-483, 2013.

DE GRANDI, A. B. Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, p. 39-70, 2003.

FIUZA, A. L. C. Mulheres rurais do terceiro mundo: entre o mito do desenvolvimento e a profecia do colapso. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Org.). *O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília: SOBER, 1998.

FREYRE, G. *A presença do açúcar na formação brasileira*. Rio de Janeiro: M.I.C., 1975.

FREYRE, G. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. Rio de Janeiro: J. Olympio, v. 1, 1945.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, v. 7, n.1, p. 43-81, 1997.

HALL, S. Identidade cultural e diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico*, n. 24, p. 68-75, 1996.

HEREDIA, B.; GARCIA, M. F.; GARCIA JR., A. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. In: AGUIAR, N. (Coord.). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis: Vozes, p. 29-44, 1984.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades, Onde? In: MOREIRA, R. J. (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 41-63, 2005.

LIMA, RS. *Práticas alimentares e sociabilidades em famílias rurais da zona da mata mineira: mudanças e permanências*. 2015. 204 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

LIMA, RS; FERREIRA NETO, JA.; FARIAS, RCP. Dinâmicas Alimentares na relação rural-urbano: o caminho entre o tradicional e o moderno. In: PRADO SD., *et al*(Org.). *Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede*. Rio de Janeiro: Eduerj. Sabor metrópole, séries, (5), p. 59-79. 2016.

LOBATO, M. *Urupês*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense (Obras completas, v. 1), 1969.

LOBO, E.S. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17, (6), out.,1991.

MALUF, R. S.; A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad, p. 135-152, 2003.

MENDONÇA, K. F. C. et al. Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, 2013.

MOREIRA, R. J. (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MÜLLER, E. *Moedas e bancos no Rio de Janeiro no Século XIX*. 2004. Disponível em:  
<[http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas\\_e\\_bancos\\_no\\_rio\\_de\\_janeiro\\_no\\_seculo\\_xix.pdf](http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/moedas_e_bancos_no_rio_de_janeiro_no_seculo_xix.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2018.

NIEDERAUER, O. H. *A Historia de um Latifundio Improdutivo, sua Reforma Agrária, sua Colonização, seu Progresso*. Toledo: Manz Etiquetas Adesivas, 1992.

PACHECO, M. E. L. Agricultura familiar: um olhar de gênero. In: NOBRE, M. et al. *Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998.

PANZUTTI, N. P. M. *Mulher rural: eminência oculta*. Campinas: Alínea, 2006.

PAULILO, M. I. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogos*. Florianópolis: EDUFSC, 2016.

PAULILO, M. I. S. *O peso do trabalho leve*. *Ciência Hoje*, n. 28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, M. I. S.; DE GRANDI, A. B.; SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla fase da exclusão. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (Org.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, p. 15-38, 2003.

PAULILO, M. I. S.; SILVA, C. B. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. *Revista de Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, p. 399-417, maio/ago. 2007.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SILVA, J.A.; DEL GROSSI, M. CAMPANHOLA, C. O Que há de Realmente Novo no Rural Brasileiro? *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v.19, n.1, p.37-67, jan./abr.2002.

SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. A transmissão do patrimônio na agricultura familiar: uma análise a partir da compensação das filhas. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 222-241, jan./jul. 2010.

STEIN, M. N. *A construção do discurso da germanidade em Marechal Cândido Rondon (1946-1996)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

TEDESCHI, L. A. Meu Nome é “Ajuda”: a vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais da Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Contexto e Educação*, ano 19, n. 71/72, p. 45-64, jan./dez. 2004.

VIANA, R.S.L. *O Projeto UHE Cachoeira da Providência: uma abordagem etnográfica dos efeitos sobre a população local*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão na região de Campinas, São Paulo. Campinas: UNICAMP (*Cadernos do IFCH*, 19), 1998.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. Brasília: UNB, 336 p., 1995.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: UFRGS, p. 130-141, 2007.

ZIMMERMANN, S. A. et al. Epílogo. In: GUIMARÃES, G. M. et al (Org.). *O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades*. Ijuí: EdUnijuí, p. 391-396, 2015.

Recebido em janeiro de 2020.

Aprovado em março de 2021.